

A tentação da competência por decreto

» WILLIAM DOUGLAS

Professor de direito constitucional, desembargador federal/TRF2, escritor, mestre em estado e cidadania e pós-graduado em políticas públicas e governo

A Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro anunciou mudanças no conteúdo e na avaliação da disciplina de Cálculo, por considerar anormais os índices de reprovação — na casa dos 70% dos alunos negros, contra 42% entre os estudantes brancos. A ideia geral é suavizar a avaliação de desempenho, de modo a contornar os índices “insuportáveis” de insucesso, que resulta em maior evasão dos estudantes negros. A Universidade Federal da Bahia, sob o argumento da mudança do perfil dos novos alunos, que precisam trabalhar para se manter, optou por reduzir em 1.590 horas a carga horária da graduação em medicina. A carga horária desceu de 8.952 para 7.282. A Resolução nº 516, de 22/8/2023, do Conselho Nacional de Justiça, optou por aceitar que, nos concursos públicos, cotistas sejam aprovados mesmo que com nota 20% inferior à nota mínima.

Mercê das louváveis intenções, reduzir a qualidade do ensino ou da cobrança nunca é a solução. O caminho, muito mais longo e trabalhoso, é intensificar as ações afirmativas, dar apoio educacional, financeiro, social e psicológico, sem diminuir o índice de exigência de qualidade no aprendizado e na qualidade do futuro servidor público. Se os alunos de medicina tiverem apoio adequado, poderão bem cumprir as 8.952 horas; e, sem ele, não poderão cumprir nem mesmo as 7.282.

A “competência por Decreto” só funciona até você precisar de um cirurgião ou até o dia em que o prédio ruir por erro de cálculo, ou até se formar uma rejeição social a servidores públicos escolhidos com nota abaixo do mínimo. Dar diploma artificial ou aceitar qualificação “de mentirinha” causará profundo dano aos pobres e aos negros. Não é saudável que os cotistas sejam vistos no mercado como menos capacitados. Diploma não cria, magicamente, competência. Isso só resolve estatísticas. Imaginem um paciente do SUS dizendo que quer ser atendido por médicos brancos, uma vez que as notas de aprovação dos médicos negros são menores. Em pouco tempo, haverá gente se recusando a ser atendida por negros, sejam cotistas ou não. Isso irá piorar o problema da discriminação e da segregação social e racial. Não se pode resolver um problema criando-se outro.

Inserir cotistas pobres no mercado de trabalho sem uma preocupação real com a sua qualificação e competitividade é covardia que irá prejudicá-los, bem como às pessoas que eles virão a atender. Se a decisão de aceitar notas diferentes em concursos públicos é tão boa, por que foi evitada nos concursos para a magistratura? O concurso público deve selecionar os melhores para atender a população. Aprovar candidatos que não atingem a nota/qualificação mínima prejudica de imediato o serviço público e, na linha do tempo, irá gerar preconceito contra os cotistas.

Entendemos as louváveis intenções dos autores das três medidas, mas seus efeitos são



ruins. Fazer isso é ceder à tentação de resolver um problema (grave e que precisa de solução) pela ilusória via do atalho. Como disse H. L. Mencken, “para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada”. Precisamos dar condições internas e pessoais de acesso aos diplomas e aos cargos: superar os mesmos desafios, aprender a matéria, demonstrar suas habilidades em grau tão alto quanto os demais, tudo isso é trabalhoso, sim, mas é o que garante aos cotistas a autoestima, a qualificação e a competitividade quando a competência (e não o mero diploma ou cargo) é conquistada.

A sociedade tem uma demanda de profissionais qualificados e com habilidades específicas para cada função. Quem está abaixo de determinado ponto não é considerado “competente”

e não consegue resolver os problemas que lhe cabem. É o advogado que não sabe redigir, o professor que não sabe ensinar, o médico que erra o procedimento ou o diagnóstico. Mesmo que não sejam facilmente expostos, profissionais malformados podem causar muitos danos, sempre ruins para os destinatários dos seus serviços. Também ruins para eles mesmos, pois perdem ou não ganham clientela e podem até ser processados por erros cometidos.

Quanto maior a competência profissional, maior será o status, o crescimento profissional, a remuneração e o bem para a sociedade. O mercado de trabalho, a matemática e a biologia não farão concessões aos aprovados por arte mágica. Espero que a sociedade brasileira não siga o fácil e rápido caminho que nega as lições e benefícios da ciência.

tais empreitadas. Não podem, portanto, prescindir do financiamento e da atuação direta do governo federal.

Sabemos que o efeito da ação humana sobre o clima é obra de mais de dois séculos. Por isso, não existe solução fácil e ligeira. Daí a nossa urgência, para que o mundo nos ouça. Em novembro, teremos uma oportunidade única: entre os dias 2 e 5, Manaus voltará a sediar o TEDxAmazônia após 13 anos. Nesta edição, a maior plataforma global de conferências destacará o protagonismo e os desafios de quem mora na porção brasileira da maior floresta tropical do planeta, com 38 milhões de cidadãos.

Sem alternativas de desenvolvimento sustentáveis, baseadas no potencial econômico da floresta e de sua gente, não seremos capazes de proteger nem a mata, ameaçada por motosserras, e nem as pessoas, ameaçadas pela miséria e por eventos climáticos extremos.

Os homens e mulheres que moram aqui têm uma ligação profunda com a floresta. Precisamos enxergar além da copa das árvores, cenário clássico da Amazônia vista de cima, para compreender o tamanho do desafio. Do contrário, teremos de nos acostumar a um novo ciclo natural, com rios monumentais reduzidos a filetes d’água, carcaças de animais sepultadas em lama, troncos de árvores em chamas, embarcações ancoradas em leito de areia, caboclos sem peixe ou mandioca para comer. Por isso a nossa pressa.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Mundo, vasto mundo

Desde meados do século passado, muitos estudiosos suspeitavam que, com o estreitamento da humanidade, propiciado tanto pelo aumento descontrolado da população mundial quanto pelos processos tecnológicos trazidos pela globalização das comunicações, instantâneas, essa conexão direta entre os quase 8 bilhões de terráqueos marcaria o século 21 como uma era em que, por razões históricas e por fatos mal resolvidos do passado, o Ocidente e o Oriente entrariam em choque.

O processo colonial, à orientações político-ideológicas e as crenças religiosas serviriam como pano de fundo para as desavenças dessas duas bandas do globo. Claro que, somado a esses fatores, todos eles criados pelo gênio humano, viriam somar elementos mais concretos como é o caso do aquecimento global, das mudanças climáticas, do esgotamento dos recursos naturais, bem como da poluição e da pouca atenção dada aos gastos estratosféricos com armamentos e outros desperdícios.

Num mundo superpopuloso e onde os recursos naturais e alimentos vão minguando, pouco ou quase nada serve de motivo para a instalação de conflitos. Uma vez deflagrados e dada a interconexão existente, não custa muito para que uma guerra local se espalhe para outras regiões, mesmo distantes. A humanidade parece vivenciar agora os mesmos experimentos realizados no passado, como ratos numa colocados numa caixa.

A medida em que mais ratos vão sendo colocados dentro da caixa, aumentam as disputas entre eles, por espaço e comida. Ciente do que ocorre na superfície, o planeta, que os esotéricos denominam de Gaia e que acreditam se tratar de um ser vivo, com consciência e tudo, vai dando um jeito de sacudir e agitar suas placas tectônicas para se livrar de parte da população incômoda.

O século 21, inaugurado com os ataques às Torres Gêmeas de Nova York, em setembro de 2001, começou sob os augúrios de que essas próximas décadas seriam inesquecíveis para todos, a começar por nos colocar diante de uma encruzilhada definitiva, a marcar o fim ou a mudança radical de rumos para a raça humana.

Nessa polarização global que se anuncia, é preciso escolher seu lado na trincheira. Para os ocidentais, o que está em jogo e mesmo em perigo é o fim da fabulosa cultura judaico-cristã, dos valores greco-romanos, da razão, do humanismo, do iluminismo e das ciências, e sobretudo da democracia. Tanto nos conflitos atuais entre Rússia e Ucrânia, como entre Israel e as facções muçumanas que desejam seu aniquilamento, é preciso que todos, nessa parte do globo em que estamos, posicionem-se a favor do Ocidente e de suas tradições. Há um choque entre civilizações acontecendo nesse momento. Melhor seria se todos baixassem as armas. Mas, na impossibilidade dessa decisão, o melhor é ficar ao lado daquilo que sempre prezamos e que foi conquistado a duras penas, com muita luta e muito sofrimento. Abrir mão de valores que sempre foram a própria razão de nossa existência parece improvável.

» A frase que foi pronunciada

“Suas crenças se tornam seus pensamentos; seus pensamentos se tornam suas palavras; suas palavras se tornam suas ações; suas ações se tornam seus hábitos; seus hábitos se tornam seus valores; seus valores se tornam seu destino.”

Gandhi

Casa do Ceará

» 2023 é o ano em que a Casa do Ceará comemora 60 anos. Na solenidade, vários títulos de Instituição Amiga foram entregues pelo reconhecimento da parceria na presença de várias autoridades. À frente da Casa do Ceará, está José Sampaio de Lacerda Júnior, que convida os brasileiros a conhecer esse pedacinho do Nordeste na capital. Quem estiver interessado em ser sócio, é só procurar a instituição, na 910 Norte. Com um trabalho competente, a Casa do Ceará disponibiliza vários cursos técnicos à comunidade. Desde a renda bilro até a culinária. Há também profissionais da saúde que atendem por um preço bem abaixo do mercado. Fernando César Mesquita é o único fundador da Casa do Ceará que está aí para nos contar a história.

Baby Duo

» É muito bom ver a naturalidade da loja com campanhas publicitárias com fotos de bebês e crianças com síndrome de Down. Isso sim é inclusão.

» História de Brasília

Com esta medida, a Justiça recebe o apoio de toda a cidade, e, particularmente, do comércio de Brasília. A valorização do uso de cheque tem que ser defendida, e a sua moralização é necessária. (Publicada em 24/3/1962)

Injustiça climática

» WILSON LIMA

Governador do Amazonas

Nós, os povos da floresta, temos presa. Estamos acostumados ao ciclo das águas: tem época de cheia e época de seca. Mas, desta vez, tudo está diferente. Nunca imaginamos que algum dia a Amazônia enfrentaria uma estiagem tão severa. E nem que os 4,2 milhões de habitantes do Amazonas, estado que tem 97% de sua cobertura vegetal preservada, sofreriam os efeitos da seca. Dos 62 municípios, 60 estão em estado de alerta, atenção ou emergência, incluindo Manaus. O nome disso é injustiça climática.

A população do Amazonas está, literalmente, sofrendo as consequências de um problema criado por regiões mais industrializadas e mais ricas, tanto dentro do Brasil quanto no exterior. A seca que não criamos isolou comunidades inteiras e jogou 550 mil pessoas na angústia da insegurança alimentar. Os níveis baixos dos principais rios restringiram a navegação e afetaram negativamente a produção industrial da Zona Franca de Manaus.

Os sete mil focos de incêndio em setembro, o pior cenário para o mês em 25 anos, levaram fumaça para todas as regiões do estado. Com o calor recorde, a temperatura chegou aos 40 graus. Os rios evaporaram e o que se viu foi uma mortandade de peixes, botos e outros animais, muitos deles ameaçados de extinção.

Neste momento, ajuda humanitária tem sido fundamental para mitigar os efeitos da devastação. No governo do estado, não estamos

medindo esforços para atender as famílias atingidas. Suspendemos a cobrança de R\$ 1 nos restaurantes do programa Prato Cheio nas cidades em situação de emergência, começamos a entregar merenda escolar na casa de 6 mil alunos da rede pública estadual que estão sem aulas no interior e iniciamos a distribuição de 300 mil cestas básicas.

Também flexibilizamos a licença para abertura de poços artesianos em áreas afetadas, antecipamos o pagamento do auxílio estadual de R\$ 150 e ampliaremos o mapeamento de áreas e populações em risco. Nos próximos dias, iniciaremos a dragagem emergencial de rios e reforçaremos o combate aos focos de incêndio. Esse conjunto de ações está sendo feito em parceria com a União, prefeituras, outros estados, casas legislativas e sociedade civil.

Tudo isso, no entanto, diz respeito apenas ao presente. É preciso olhar para o futuro, pois eventos extremos como este serão cada vez mais frequentes, por conta das mudanças climáticas, conforme indica a ciência. Os danos das próximas calamidades — sim, haverá outras — só serão superados se houver investimento pesado e sistemático em infraestrutura.

Dragagem de rios, pavimentação e drenagem de estradas (incluindo a BR-319), saneamento e estruturação de uma rede de proteção a quem vive em áreas mais vulneráveis estão entre as ações prementes em curto prazo. Sozinhos, os estados não têm fôlego para